

PARCEIROS ESTRATÉGICOS PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

RICARDO DATHEIN

organizador

AS AMÉRICAS

VOLUME I

ANDRÉ MOREIRA CUNHA

EDUARDO MALDONADO FILHO

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO

HELENA LOBATO DA JORNADA

MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK

PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI

PEDRO DOS SANTOS DE BORBA

Argentina

Segurança, Política e Relações Bilaterais com o Brasil

Marco Cepik

Helena Jornada*

Pedro Borba

I Contexto Político e Desafios de Segurança

A dinâmica política argentina é marcada por duas tendências estruturais da história do país. A primeira delas é o processo de centralização política e social que a província de Buenos Aires impôs historicamente às demais regiões do país, em especial através do monopólio portuário. Após a independência (em 1816), houve um acirramento das disputas entre “unitários” e “federais” a respeito da centralização do poder político, tendo os caudilhos regionais perdido progressivamente seu poder frente à capital. Atualmente, Buenos Aires (capital e província) atinge quase metade da população e do Produto Interno Bruto (PIB) argentinos. Essa assimetria – sacramentada no imaginário argentino pela disputa entre Sarmiento e Rosas – comporia a disputa pela investidura federal, na qual a “hipercefalia” bonairense sempre atuaria em favor de um ou outro candidato. A segunda tendência é o secular ocaso da “idade de ouro” do país, que foi o sexto maior PIB do mundo e a sociedade mais avançada da América Latina no início do século XX. O reconhecimento nostálgico desse passado glorioso faz com que frequentemente os políticos argentinos remetam os eleitores à história nacional: hoje, o partido do governo reivindica a herança de Juan Domingos Perón, que governou de 1946 a 1955; na década de 1990, Carlos Menem (1989-1999) pretendia colocar a Argentina na órbita da “civilização”, em oposição à barbárie, como defendera a geração de 1880, e recuperar o *status* de “celeiro do mundo” daquelas décadas.

* A autora é membro do Serviço Exterior Brasileiro desde 02/07/2010. Este trabalho foi produzido antes dessa data e quaisquer opiniões nele expressas são de caráter pessoal e não refletem aquelas do Ministério das Relações Exteriores ou do Governo brasileiro.

Mais recentemente, o declínio relativo do país está associado à crise da dívida externa, à derrota na Guerra das Malvinas, à desindustrialização dos anos Menem e ao colapso cambial de 2001. Mesmo com esses desafios, a Argentina conserva seu destaque no contexto regional, com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América do Sul, o segundo maior território e o segundo maior PIB.

Desde 2003, a Argentina é governada pela “Frente para la Victoria”, uma aliança peronista liderada pelo Partido Judicialista (PJ). A vitória de Néstor Kirchner na eleição de 2003 foi pouco expressiva (tendo obtido 22% dos votos no primeiro turno), mas seu governo foi progressivamente conquistando maior apoio popular. Ex-governador da província de Santa Fé, Kirchner capitaneou para si a recuperação da economia argentina – que cresceu a uma média de 8% em seu mandato –, além da crítica das reformas neoliberais de Menem e das imposições do Fundo Monetário Internacional (a quem o governo *judicialista* pagou integralmente a dívida). A vitória de Cristina Fernández de Kirchner em 2007, com 45% dos votos válidos, foi vista por muitos como um voto de confiança ao governo Kirchner e ao Partido Judicialista – criando o “kirchnerismo” como corrente hegemônica dentro do peronismo. O mote central da plataforma de Cristina Kirchner era o estabelecimento de um “pacto social” entre empregadores, sindicatos e governo para garantir equilíbrio entre preços e salários. No entanto, tal proposta perdeu legitimidade logo no início do mandato, com o descarriamento da inflação e do confronto com os ruralistas em março de 2008. O episódio envolvendo as *retenciones*, isto é, o fisco sobre exportações primárias, foi muito desgastante para a presidência de Fernández, pois, além do *paro agrícola* e da derrota na votação em 17 de julho 2008, sua derrota foi decidida pelo voto contrário de seu vice-presidente, Julio Cobos – ex-membro do partido de oposição, a Unión Cívica Radical (UCR).

Outro movimento de contestação importante na Argentina são os movimentos sociais urbanos, que ganharam muita força com a crise econômica de 2001. Os sindicatos e os *piqueteros* foram protagonistas na queda do presidente De La Rúa, mobilizando trabalhadores e desempregados em cidades como Buenos Aires e Córdoba. Com a posse de Kirchner, iniciou-se um processo gradual de cooptação dos líderes *piqueteros* que enfraqueceu o movimento, tendo-se dividido entre a esquerda radical e o kirchnerismo.

O legislativo argentino é bicameral, dividindo-se entre a Câmara dos Deputados, com 257 membros, e o Senado, com 72 representantes. Na Câmara Baixa, a representação das 23 províncias e do distrito federal se dá em proporcionalidade à população (Buenos Aires, capital e província, possui 95 deputados), enquanto, na Câmara Alta, as unidades federativas são equiparadas com três senadores cada. As eleições legislativas ocorrem a cada dois anos, renovando metade da Câmara dos Deputados

e um terço do Senado – uma vez que o mandato é de seis anos para este e de quatro para aquele. Até 2009, o governo era respaldado por maioria parlamentar. No entanto, a eleição de 28 de junho representou um revés importante para a coligação governista, sintomático do desgaste sofrido na primeira metade do governo Fernández. O desempenho do partido do governo decresceu em 21 das 24 unidades federativas, tendo perdido aproximadamente três milhões de votos (15 pontos percentuais). Se comparada à última eleição intermediária (2005), a derrota do kirchnerismo foi menos impactante (ao redor de 10% menos votos). Ao fim, a Frente para la Victoria (PJ) conquistou 107 assentos na Câmara Baixa, enquanto os partidos de oposição cresceram, ainda que se mantenham fragmentados (UCR: 18, Coalición Cívica: 15, Partido Socialista: 10, Propuesta Republicana: 8 etc.). O principal vencedor da eleição de junho foi o empresário Francisco de Narváez (peronista dissidente), que, concorrendo ao Senado pela aliança de oposição Unión Pro, derrotou Néstor Kirchner na província de Buenos Aires.

Um fato notório da política argentina recente é a desagregação dos partidos (em especial da oposição), que perderam tanto em termos de quadros como de capilaridade política. Como a eleição de 2007 mostrou com clareza, a penetração dos partidos tradicionais nas províncias tem declinado significativamente, o que acaba por fortalecer os blocos parlamentares de base regional (como o Movimiento Popular Neuquino ou o Santa Fe Federal). Atualmente existem 35 blocos parlamentares na Câmara dos Deputados. A desagregação política foi marcante durante a crise de 2001-2002, quando a identidade partidária e a representatividade parlamentar foram postas em xeque pelo colapso econômico e pela retenção de poupanças. Ainda que a atomização política também afete os peronistas (que se dividiram em torno de lideranças distintas), ela é particularmente aguda na oposição tradicional (UCR e Partido Radical), o que favorece a consolidação política do kirchnerismo.

As percepções de ameaça do Estado argentino são bastantes diversificadas em seu formato, mas pode-se dizer que atualmente nenhuma delas configura uma situação de alto risco. Dessa forma, vale a ressalva inicial de que o país apresenta hoje um grau relativamente elevado de estabilidade no curto prazo.

As ameaças convencionais ao Estado argentino (representadas por outros Estados) foram sendo controladas no final do século passado, quando o Cone Sul conseguiu apaziguar boa parte de seus conflitos e rivalidades. A disputa regional com o Brasil foi sendo superada nas décadas de 1960 e 1970, tendo culminado no Acordo Itaipu-Corpus (1979) e no Protocolo de Comércio Sarney-Alfonsín (1985). A tensão com o Chile em torno do canal de Beagle foi se dissipando, nas décadas de 1970 e

1980, e foi favorecida pela democratização nos dois países. Atualmente a diplomacia presidencial tem colaborado para o incremento da confiança recíproca desses países. Outro elemento importante para a estabilização política das fronteiras foi o enfraquecimento das forças armadas argentinas com o fim do regime militar, o que fez com que os líderes do país reduzissem suas pretensões regionais e adotassem um tom mais conciliatório.

Outra preocupação convencional para a segurança argentina são as Ilhas Malvinas/Falkland, que envolvem uma potência extrarregional, integrante da Otan e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, o Reino Unido. Muito próximo do território argentino, o arquipélago é uma reivindicação histórica dos sul-americanos, a qual nunca foi reconhecida pelos britânicos – que veem nas Malvinas/Falkland seu entreposto estratégico para o Atlântico Sul e para a Antártida. O ápice do confronto foi a Guerra das Malvinas em 1982-1983, em que a junta militar que governava a Argentina lançou uma ofensiva surpresa sobre a guarnição britânica, sendo logo massivamente retaliada pelo governo inglês. A derrota argentina, além de acelerar a queda do regime militar, também evidenciou a opção estratégica dos Estados Unidos – que negaram a segurança coletiva sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e apoiaram a Grã-Bretanha no âmbito da Otan. O governo Menem foi ativo promotor do apaziguamento entre Argentina e Reino Unido, reatando relações diplomáticas em 1991 e realizando a primeira visita presidencial pós-conflito em outubro de 1998. O objetivo de Menem era legar ao passado as hostilidades, buscando reaproximar os países pela via do comércio. A tensão entre Argentina e Reino Unido voltaria com os governos kirchneristas, que retomaram a retórica patriótica a respeito das Malvinas/Falkland e recusaram o desfecho da questão nos termos de Menem. A reivindicação ainda angaria apoio popular por seu valor simbólico (recentemente, um editorial do maior jornal argentino qualificou as ilhas como um “enclave colonial”), e anualmente é levada pela Argentina ao Comitê da ONU para a descolonização (Special Political and Decolonization Committee - SPECPOL), sem sucesso. Apesar da retórica nacionalista dos governos de Néstor e Cristina, é pragmaticamente improvável que a Argentina transforme seu revisionismo em medidas efetivas: de um lado, como já se mencionou, a aparelhagem militar argentina está muito defasada desde a democratização; de outro, a Grã-Bretanha tem investido pesadamente na defesa do arquipélago, cuja base de Mount Pleasant conta com helicópteros antissubmarinos, uma fragata lança-mísseis, aviões Hércules EC-130, 1650 militares e recentemente recebeu quatro caças supersônicos Typhoon, os mais modernos da Royal Air Force.

No âmbito das chamadas “novas ameaças”, as atenções argentinas se voltam para a região da Trílice Fronteira (compartilhada com Paraguai e

Brasil), onde a ocorrência de contrabando e tráfico de drogas foi acrescida da suspeita de atividades ligadas ao terrorismo internacional. A região, que possui uma população árabe de aproximadamente 20 mil pessoas, estaria sendo usada pelo Hamas para obtenção de recursos financeiros e humanos, tendo sido incluída no mapa geopolítico da “Guerra ao Terrorismo” dos EUA. Não obstante, a concentração de agências de inteligência na Tríplice Fronteira após o 11 de setembro reduziu substancialmente o risco representado pelo crime organizado, assim como pelas eventuais células terroristas. As iniciativas do governo argentino têm sido: (1) a cooperação securitária no âmbito do “Grupo dos 3 + 1”, que reúne os três países limítrofes e os Estados Unidos, e (2) a cooperação policial-judiciária no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Outra questão que vem crescentemente envolvendo as cúpulas civis e militares na Argentina é a segurança energética do país. As últimas décadas têm assistido a uma desestruturação da capacidade instalada nacional, o que reverteu sua posição de um antigo produtor e exportador para um importador de gás natural (particularmente do Chile) e, em breve, também de petróleo. Ademais da crise econômica de 2001, o setor energético também sofreu nos anos seguintes porque a recuperação e a estabilidade da economia nacional se deram sobre seus ombros – através de vultosos subsídios anti-inflacionários de Néstor Kirchner. A tentativa de Cristina Kirchner de intervir nesses subsídios foi desastrosa, pois a inflação argentina tem crescido demasiadamente e corroído sua popularidade.

Em termos mais amplos, a doutrina securitária da Argentina trabalha com dois vetores de defesa nacional, quais sejam: o de garantir soberania sobre os recursos naturais (com especial atenção ao Aquífero Guarani e ao petróleo *off-shore*) e o de assegurar a sua presença no Atlântico Sul, através de pontos estratégicos como o estreito de Magalhães. O acesso à Antártida é visto como uma vantagem estratégica para a geopolítica do século XXI, que a Argentina precisaria investir para consolidar.

II Política Externa

A política externa argentina sofreu mudanças substantivas com a adoção do Consenso de Washington, da globalização neoliberal e da democracia formal; o governo de Carlos Menem incorporou o reconhecimento da hegemonia dos Estados Unidos e da ordem mundial subjacente, rompendo com a tradição diplomática argentina de reticência em relação à potência norte-americana. Menem retirou o país do Movimento dos Não Alinhados e buscou criar a imagem internacional de um país democrático e liberal,

comprometido com a promoção da democracia e com as instituições multilaterais. Desde a democratização, a Argentina já participou de três missões de manutenção da paz: no Chipre, na ex-Iugoslávia e no Haiti, todas elas no âmbito da ONU, além de enviar tropas para a Guerra do Golfo em 1991. Ainda na esfera multilateral, a Argentina é membro da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, ainda que sua confiança na efetividade do sistema de defesa hemisférico tenha sido seriamente abalada pela Guerra das Malvinas. A Argentina historicamente investiu na integração regional, sendo protagonista na construção do Mercosul em 1991. Apesar de o Mercosul ainda ser uma referência para o processo de integração, a posição argentina em relação à liberalização comercial está cada vez mais reservada, em virtude da crise de 2001 e da falta de competitividade de alguns setores industriais argentinos. Sob o kirchnerismo, a Argentina demonstrou muito voluntarismo em relação às propostas mais ambiciosas de integração latino-americana, sendo a interlocutora privilegiada de Chávez no Cone Sul.

As relações com os Estados Unidos atingiram seu auge durante o governo Menem, cujo chanceler, Guido di Tella, reivindicara “relações carnavais” entre os dois países. A Casa Branca retribuiria a abertura argentina declarando formalmente o país como um “non-NATO ally” em 1998, já no governo Clinton. Esse *status* privilegiado não iria, contudo, convencer o governo argentino na matéria mais sensível para as relações hemisféricas dos EUA, a saber, a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), proposta em 1994. A ascensão ao poder de Néstor Kirchner em 2003 viria a radicalizar essa oposição, inserindo-a em um discurso mais amplo de contestação dos instrumentos neoliberais que haviam causado o colapso de 2001. A crítica em relação ao FMI e a aproximação com Chávez esfriariam as relações bilaterais com os EUA, o que Cristina Kirchner buscou moderar a partir de 2007.

As relações com o Brasil têm passado por oscilações conjunturais, o que não invalida a extrema proximidade que os dois países adquiriram desde a década de 1980, em especial com o estabelecimento do Mercosul em 1991. O crescimento do intercâmbio comercial gerou também alguns reveses bilaterais, como os prejuízos argentinos em decorrência da desvalorização cambial brasileira de 1999 ou as restrições à importação da chamada “linha branca”. Além disso, a consolidação da Tarifa Externa Comum (TEC) tem sido motivo de divergências entre os dois grandes do bloco, que ainda resistem a operacionalizá-la.

A despeito dos desacordos decorrentes da liberalização comercial, Brasil e Argentina têm apresentado uma parceria política relevante, a qual foi recrudescida pela diplomacia presidencial da última década. Os dois países têm sido voz uníssona em muitos momentos de crise regional, como o conflito colombo-venezuelano, de março de 2008, ou a questão

hondurenha em 2009. Além disso, Brasil e Argentina têm se articulado contra o isolamento político da Venezuela (incluída no Mercosul em 2006) e em favor da cooperação militar – realizando operações conjuntas como o Exercício Transoceânico (2006) e buscando maior sinergia entre suas indústrias de defesa. No entanto, a Argentina não demonstra interesse em apoiar o Brasil em sua pretensão ao assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), tentando inclusive contrabalançar o peso político do vizinho através de uma aproximação com o México.

As relações com o Chile mostram sinais de vitalidade, após décadas de desconfiança mútua. A democratização e a liberalização comercial de ambos os lados contribuíram para o apaziguamento – tendo-se resolvido a controvérsia em torno do canal de Beagle na década de 1980. Com a criação do Mercosul, o investimento chileno na Argentina cresceu significativamente, assim como as exportações de gás (que se tornaram essenciais para o provimento argentino). Em termos estratégicos, o incremento das capacidades chilenas na última década (adquirindo equipamento de alta tecnologia) não foi acompanhado pela Argentina, gerando um acomodamento de forças comparável ao ocorrido em relação ao Brasil.

As relações com o Uruguai sofreram um recuo significativo nos últimos anos em virtude da questão das papeleiras, que foi sobre-explorada por políticos e meios de comunicação a ponto de atingir o seio do orgulho nacional. Por ser uma indústria altamente poluente, a instalação de fábricas de celulose na margem uruguaia do Rio Uruguai foi contestada pela Argentina, verificando-se intenso envolvimento dos governos locais. A questão foi levada ao Tribunal de Haia em março de 2006, sendo emitido parecer preliminar a favor do Uruguai em julho do mesmo ano. Ainda que a reivindicação argentina esteja latente e o parecer definitivo não tenha sido enunciado, a questão das papeleiras está atualmente fora dos holofotes, tendo-se arrefecido em favor do Uruguai.

Ademais, a política externa argentina tem buscado recentemente uma maior ampliação de seus interlocutores diplomáticos, estabelecendo diálogo com países relevantes como China e Índia. O objetivo de Buenos Aires é evitar uma mediação obrigatória do Brasil no tratamento das questões mundiais, fomentando seu próprio protagonismo e sua autonomia. As relações comerciais com a China têm crescido significativamente nos últimos anos, mas as conversações bilaterais não foram além, como gostariam os argentinos, da simples negociação de gêneros primários.

III Relações Brasil-Argentina

As relações entre Brasil e Argentina, desde seu estabelecimento, no século XIX, até a década de 1970, foram marcadas por tensão e desconfiança. A partir do final da década de 1970, com a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, as relações bilaterais passaram por um momento de inflexão, e, desde então, se dão em bases consideravelmente cooperativas, sendo que o processo de integração e cooperação entre Brasil e Argentina é, hoje em dia, considerado o cerne da integração da América do Sul. Desde o momento em que o litígio referente à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi resolvido, as relações entre os dois países evoluem de forma constante, e sua integração passa a ser considerada irreversível (Candeas, 2005).

A partir desse momento, outros importantes atos bilaterais são realizados, criando um cenário muito diferente do que existia no início da década de 1970. Em 1980 foi assinado o acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, que demonstra que as relações já estão em um nível importante de diálogo, já que informações estratégicas estão sendo compartilhadas. A aproximação entre os dois países nessa época ocorreu pela convergência de interesses e da conjuntura interna, inserida no contexto de crise internacional. Um aspecto importante das relações bilaterais é o incremento da diplomacia presidencial, que será de extrema importância nas décadas seguintes. O grande marco da aproximação entre Brasil e Argentina ocorreu em 1982, na Guerra das Malvinas, quando o Brasil, apesar de ter permanecido oficialmente neutro, se colocou como um grande aliado da Argentina, representando os interesses argentinos na Inglaterra e reexportando produtos argentinos que sofreriam embargos. Essa demonstração de amizade foi fundamental para o fortalecimento das relações bilaterais que, futuramente, resultariam na integração.

Na metade da década de 1980, os dois países passaram por processos de redemocratização, o que possibilitou uma aproximação ainda mais significativa. Em 1985, foram assinadas a Declaração de Iguazu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, e, em 1986, a Ata para Integração Brasil-Argentina, que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice), demonstrando que as relações bilaterais estavam claramente rumando ao irreversível processo de integração. Em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento, cujo objetivo era a formação de área econômica comum em dez anos, foi assinado e lançou as bases para a criação do Mercosul. Fica claro, então, que a integração entre Brasil e Argentina foi o eixo mais importante para o estabelecimento da integração no Cone Sul (Candeas, 2005).

A partir da década de 1990, com a adoção de políticas neoliberais nos dois países, o foco do processo de integração bilateral muda, passando a questão da liberalização comercial a ser o cerne das discussões entre Brasil e Argentina. Em 1991 foi assinado o Mecanismo Permanente de Consultas – com o objetivo de harmonização das políticas externas – além do Tratado de Assunção – que criou o Mercosul. Outra iniciativa muito importante foi a criação da Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle (ABACC),¹ com o objetivo de controlar a questão do desenvolvimento de tecnologia nuclear conjuntamente, demonstrando um alto nível de confiança e interação entre os dois países. Em 1994, foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, outro importante passo na integração regional, e, em 1997, foi firmada a Aliança Estratégica Brasil-Argentina. A partir de 1998 até 2003, devido às crises internas que afetaram os dois países, as relações bilaterais e o processo de integração passaram por momentos bastante difíceis.

A partir de 2003, com a eleição de Lula no Brasil e de Kirchner na Argentina, ocorre o revigoramento das relações bilaterais e um novo ímpeto à integração regional é dado, com o relançamento da parceria-estratégica entre os dois países e do Mercosul. Entre as iniciativas bilaterais que visam ao relançamento das bases do processo, podemos citar a assinatura do Protocolo de Olivos em 2002; do Consenso de Buenos Aires em 2003; da Ata de Copacabana, que relança a parceria-estratégica entre Brasil e Argentina em 2004; e a criação do Parlamento do Mercosul e do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), no mesmo ano. Todas essas iniciativas foram extremamente importantes para o aprofundamento da integração regional. Em 2006, foi criado o Instituto Social do Mercosul e, em 2007, o Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina é estabelecido (Candeas, 2005).

Atualmente Brasil e Argentina desenvolvem projetos de cooperação em diversas áreas. Na área agrícola, a cooperação está vinculada ao *Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária da Argentina* (2005), cujo objetivo é a realização de projetos de pesquisa em conjunto nas áreas de agricultura, pecuária e recursos naturais, além da harmonização de normas sanitárias e fitossanitárias.

Em relação à cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, Brasil e Argentina têm uma Comissão Binacional de Energia Nuclear (Coben) (2009), que prevê a instalação de duas empresas binacionais de energia nuclear, uma para enriquecer combustível e outra para produção de reatores, que contará com 75 pesquisadores dos dois países. Adicionalmente

¹ Para mais informações, acesse o site da ABACC.

Brasil e Argentina também têm um Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN),² a Embraer coopera com a indústria aeronáutica argentina, ambos os países têm um Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis e conseguiram estabelecer, em conjunto com outras da América do Sul, o mesmo padrão de TV digital.³

Em relação à cooperação na área de energia, os países estão finalizando a construção da hidrelétrica de Garabi e da rede de gasodutos, que integram o Anel Energético Sul-Americano. Grande parte das iniciativas da infraestrutura energética bilateral está compreendida nos projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Em relação à cooperação em transporte, algumas iniciativas, como a construção de corredores bi-oceânicos e a duplicação de estradas, também se inserem no âmbito da IIRSA. Um dos pontos mais curiosos da cooperação bilateral Brasil-Argentina é a determinação de instalar a bitola ferroviária comum entre os dois países, o que permitirá maior integração logística.

Em relação à defesa e segurança, a cooperação entre os dois países é bastante importante. Além de existir um Mecanismo de Consulta e Cooperação Bilateral na área de Defesa e Segurança Internacional, os países realizam periodicamente exercícios militares conjuntos e, apesar das divergências em relação à ampliação do CSNU, há a participação de agentes do outro país em reuniões desse Conselho quando algum dos dois assume o assento rotativo naquele órgão.

Em relação à educação e desenvolvimento social, existem iniciativas dignas de atenção. Os dois países têm desenvolvido ativa cooperação bilateral nesse campo, especialmente por meio do Instituto Social Brasil-Argentina e do Instituto Social do Mercosul. Ademais, ações como a transferência do *know-how* brasileiro em programas sociais e o Fome Zero estão sendo desenvolvidas. Desde o ano 2000 existe um convênio para o intercâmbio de Instituições de Ensino Superior entre os dois países.

Em relação à economia, os dois países aprovaram o Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML), que está em vigor desde 2008, cujo objetivo é reduzir os impactos negativos do câmbio no comércio entre eles. Ademais, os investimentos diretos estrangeiros do Brasil na Argentina são extremamente importantes para a economia daquele país e têm se expandido muito nos últimos anos, como mencionou o presidente Lula por ocasião da visita da presidente Cristina Kirchner ao Brasil.⁴ O Banco Nacional

² Para mais informações, acesse o site do CBAN.

³ Discurso proferido pelo presidente Lula na ocasião da visita da presidente Cristina Kirchner ao Brasil, em 18 de novembro de 2009 (Brasil, 2009).

⁴ Discurso proferido pelo presidente Lula na ocasião da visita da presidente Cristina Kirchner ao Brasil, em 18 de novembro de 2009 (Brasil, 2009).

do Desenvolvimento (BNDES) é outro ator brasileiro de grande importância no aprofundamento das relações bilaterais Brasil-Argentina, já que financia diversos projetos no país vizinho. Por fim, como ficou acordado na mesma visita recente da presidente Kirchner, reuniões ministeriais entre Brasil e Argentina deverão ser realizadas a cada 45 dias para que haja maior coordenação entre as políticas dos dois países. Além desses tópicos importantes, Brasil e Argentina atuam em conjunto para incrementar o processo de integração na América do Sul como um todo, principalmente por meio de ação concertada na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além do fortalecimento do Mercosul.

As relações melhoraram de forma muito significativa; no entanto, ainda permanecem alguns pontos de impasse na relação bilateral. Entre esses pontos podemos citar o não apoio da Argentina à reivindicação brasileira de ter um assento permanente no CSNU, já que a Argentina é signatária da resolução contrária à proposta brasileira. Adicionalmente, existem impasses comerciais entre os dois países, especialmente devido às acusações brasileiras de práticas protecionistas realizadas pela Argentina. Entre os principais produtos de impasse estão os da chamada linha branca, e outros produtos como móveis, produtos têxteis, produtos lácteos e freios.

Existem contenciosos do Brasil contra a Argentina na Organização Mundial do Comércio (OMC) no que se refere à importação de alguns tipos de resinas. Ainda no âmbito da OMC, a Argentina criticou duramente a ação brasileira na Reunião Ministerial da Rodada de Doha, que ocorreu em 2008. O Brasil concordava com a assinatura do acordo, o que, na visão da Argentina, teria acarretado impactos negativos à sua indústria nacional, ainda em momento de recuperação.

Outro tema bastante tenso entre as relações bilaterais Brasil-Argentina é a questão das licenças que a Argentina estava impondo à entrada de produtos brasileiros no país, desde a deflagração da crise econômica global. As licenças para importação estavam demorando muito, o que estava causando prejuízos para o comércio bilateral. Após meses tentando encontrar uma solução para o problema, o Brasil impôs licenças reciprocamente. O impasse foi discutido em novembro de 2009, por ocasião da visita da presidente Cristina Kirchner ao Brasil.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. Discurso do Presidente da República. *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita da presidente da Argentina, Cristina Kirchner.*

18 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr1565-2@.doc>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise de avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, p. 178-213, 2005.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. *Pesquisadores do IEN dão início à participação na COBEN*. 2009. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/noticias/1st-noticias-informe.asp?ano=2009&num=3>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária da Argentina*. 2005. Disponível em: <http://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades_centrais/ari/publicacoes/Anexo%20II%20-%20Exemplo%20de%20Memorando%20de%20Entendimento-INTA.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2009.

MALAMUD, C. El aumento de la conflictividad bilateral en América Latina: sus consecuencias dentro y fuera de la región. *Análisis de Real Instituto Elcano*, Madrid, n. 61, 2005. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/740.asp>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

PINTO, C. R. J.; BARREIRO, H. G. (Org.). *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

Sites consultados

Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares: <<http://www.abacc.org>>

Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia - CBAN: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/24251.html>>

Clarín: <www.clarin.com>

Guía del Mundo 2007: <www.guiadelmundo.org.uy>

El País: <www.elpais.com>

Rebelión: <www.rebelion.org>

Stratfor Global Intelligence: <www.stratfor.com>

The Economist: <www.economist.com>